

Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

12 de setembro 2012

www.sed.sc.gov.br



Veiculo: Folha de São PauloEditoria: CotidianoData: 12/09/2012

Assunto: OPINIÃO: A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

Página: Online

FOLHA DE S.PAULO

OPINIÃO: A METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO

"É preciso discutir a substituição do Saeb, que é amostral, pelo Enem. Sabemos que a proposta levanta várias questões, mas o debate não pode virar polêmica", afirma Luiz Cláudio Costa

*LUIZ CLÁUDIO COSTA, 54, é presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anízio Teixeira. Foi reitor da Universidade Federal de Viçosa

A recente divulgação pelo Ministério da Educação do Ideb 2011 (Índice de Desenvolvimento da Educação básica) trouxe informações relevantes para que o Brasil continue a avançar em direção a uma Educação de qualidade. Tão importante quanto os resultados é a constatação que a sociedade brasileira está incorporando as discussões sobre a qualidade da Educação em sua rotina.

Ao apresentar os resultados do Ideb, o ministro Aloizio Mercadante trouxe à tona algumas questões que devem ser amplamente debatidas para não comprometer os avanços.

O ministro abordou a necessidade de discutir o currículo do Ensino médio, considerando a viabilidade de se migrar do atual modelo curricular para um organizado em áreas do conhecimento, sem prejuízos a disciplinas especificas, que evidentemente estariam contidas de forma integrada nas grandes áreas. Solicitou ainda o avanço em direção à Educação em tempo integral.

Outra questão abordada foi a necessidade de um estudo para verificar a efetividade do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação básica), que é aplicado de forma amostral para Alunos do 3º ano do Ensino médio, como métrica para avaliar e permitir a construção de políticas de melhorias nessa fase de Ensino. Hoje, o Saeb é utilizado no cálculo do Ideb.

A discussão é necessária e útil. Afinal, no passado foi tomada a decisão de transformar a avaliação aplicada no 5° e 9° anos do Ensino fundamental de amostral para censitária, permitindo assim a geração de médias de desempenho para as instituições participantes, propiciando um maior envolvimento das Escolas, da família e da sociedade.

Houve igualmente uma polêmica muito grande. Parece não haver dúvidas, hoje, que tal decisão foi acertada e que a mesma mobilização é necessária para o Ensino médio.



O estudo da mudança de uma aplicação amostral para censitária não desconhece que todas as aplicações amostrais foram feitas dentro da mais correta técnica e que, portanto, todos os seus resultados são validos e relevantes.

A discussão de aplicação censitária da avaliação do Ensino médio leva ainda a outra importante e questão: é apropriado substituir no cálculo do Ideb a métrica do Saeb pela do Enem?

Estudos sobre isso podem se constituir em uma uma ótima oportunidade para tornar a avaliação da Educação brasileira mais apropriada.

Eis alguns aspectos que tal debate introduz: como será tratado o problema da ausência de Alunos matriculados no Ensino médio que ocorre tanto no Saeb como no Enem? Como garantir a coerência da nova metodologia de cálculo com a importante série histórica que o Brasil hoje possui? Como considerar as notas das quatro áreas do Enem, lembrando que no Saeb são avaliadas somente língua portuguesa e matemática? A nota da redação deve ser incluída?

Tais estudos demandam uma revisão ou introdução da interpretação pedagógica dos escores do Enem. Ressalte-se ainda a questão da motivação, que pode levar um estudante a se empenhar mais ao fazer uma prova de impacto em sua vida Escolar, como o Enem.

O bom debate trazido pelas reflexões propostas é uma ótima oportunidade para se discutir e apresentar soluções para os grandes desafios que temos na Educação brasileira, especialmente no Ensino médio.

Por essa razão o ministro solicitou, sem açodamento, estudos técnicos adequados para posterior debate, escrutínio e diálogo com especialistas e a sociedade. Com o bom debate ganhamos todos, com a polêmica perde o Brasil.



Veiculo: O Estado de São PauloEditoria: EducaçãoData: 12/09/12Assunto: Brasil investe mais em Educação, mas gasto por aluno ainda é baixo, diz OCDEPágina: Online

O ESTADO DE S. PAULO

Brasil investe mais em Educação, mas gasto por aluno ainda é baixo, diz OCDE

Ao longo da década, o Brasil recuperou parte de seu déficit educacional investindo na área o equivalente a 5,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB), embora o dado ainda seja inferior à média da organização, de 6,25%

Os anos 2000 aproximaram o Brasil dos países que mais investem verbas públicas em Educação no mundo, mas a relação de recursos por Aluno, a precariedade do Ensino superior e da pesquisa e a qualidade duvidosa ainda evidenciam o atraso do País.

Essas são algumas das conclusões tiradas da análise de 39 países feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e reunidas em um relatório de 570 páginas sobre a Educação, publicado ontem em Paris.

Segundo seu autor, entre 2000 e 2009 o Brasil foi a nação "mais dinâmica do mundo", melhorando os Ensinos fundamental e médio, mas piorando o superior. O estudo, elaborado por Andreas Schleicher, diretor adjunto da OCDE para Educação, é o mais amplo levantamento anual comparativo sobre o estado da Educação no mundo.

Conforme a instituição - que reúne os países mais desenvolvidos do mundo -, o Brasil realizou um dos maiores aumentos de investimentos de seu Orçamento em Educação no período de 2000 a 2009 entre as nações avaliadas - de 10,5% a 16,8% -, tornando-se o quarto no ranking e superando a média, de 13%. Esse resultado foi possível pelo incremento de 149% dos investimentos por Aluno no Ensinos fundamental e médio, o que fez do País o que mais elevou as despesas entre 2005 e 2009.

Ao longo da década, o Brasil recuperou parte de seu déficit educacional investindo na área o equivalente a 5,5% de seu Produto Interno Bruto (PIB), embora o dado ainda seja inferior à média da OCDE, de 6,25%. No Ensino primário e secundário, esse porcentual já ultrapassa a média - 4,23%, contra 4%.



Déficit. As notícias ruins se concentram no que se refere ao Ensino superior, segmento em que o Brasil é o quarto pior da lista, com 0,8% do PIB. Nos anos 2000, o investimento brasileiro em universidades caiu 2% e não acompanhou o crescimento de 67% do número de Alunos. Os resultados são ainda mais precários em pesquisa e desenvolvimento, área em que o Brasil é o pior de uma lista de 36 países, com 0,4% do PIB investido.

O problema, adverte a OCDE, é que o Ensino superior exerce um papel econômico determinante no Brasil. De acordo com a organização, o mercado de trabalho nacional é o que apresenta a maior diferença entre quem conclui e quem não conclui a faculdade. Além de enfrentar um desemprego menor, quem tem curso superior ganha salários melhores.

Para Nelson Cardoso Amaral, Professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), a queda do investimento precisa ser vista em relação ao aumento do número de matriculados. "Houve um aumento do investimento bruto, até por conta do Reuni (programa de expansão do Ensino superior do governo Lula). Isso foi bom, porque muitos chegaram ao Ensino superior. O problema é que os valores gastos não foram suficientes para que não baixasse o valor por Aluno. Isso precisa ser cuidado, porque não podemos deixar a qualidade cair."

Outra má notícia é que o acréscimo de recursos na Educação, também verificado em vários países emergentes, como a Rússia, não eliminou o retardo da área. No Ensino pré-primário, a média de gastos anuais por estudante do Brasil foi a terceira pior dentre 34 países - de US\$ 1.696, comparado a US\$ 6.670 da média da OCDE. O mesmo déficit acontece no Ensino primário, no qual o País investe US\$ 2.405, contra US\$ 7.719 da média, o quarto pior resultado entre os 35 países avaliados. A relação é pior no Ensino secundário, no qual o investimento é de US\$ 2.235 - o terceiro pior -, contra US\$ 9.312 da média de 37 países avaliados.

Embora a taxa de Escolarização tenha aumentado na última década, mais de um em cada cinco brasileiros entre 15 e 29 anos não vai à Escola nem tem emprego.

Para o autor do estudo, os dados relativos ao País revelam um cenário contraditório. Se o Brasil investe mais nos Ensinos fundamental e médio, o mesmo não acontece no superior e na pesquisa. E a melhora dos índices é relativa, pois na maior parte dos parâmetros, o País não chegou ao padrão médio dos países reputados pela qualidade do Ensino.

"Por registrar mais investimento, mais participação, mais Alunos na Escola, mais pessoas completando a formação, diria que o Brasil é o país mais dinâmico do relatório", disse Schleicher ao Estado. Para ele, o aumento do investimento no Ensino básico é "um sucesso".

Mas mais dinheiro não é tudo. "Melhorar a qualidade é um ponto crítico que ficou para trás. Há indicadores positivos de que a qualidade melhora, mas ainda precisa avançar muito mais."

Sem comparação. Para o Professor Ocimar Alavarse, da Faculdade de Educação da USP, é preciso cuidado para que os números do aumento não sinalizem mais que a realidade. "Diferentemente das nações europeias, o Brasil ainda tem problemas como a carência de instalações físicas, crianças fora da Escola. É claro que, nesse cenário, é preciso investir mais."



Uma comparação justa dos investimentos, explica, só será possível a médio prazo, quando o Brasil alcançar a universalização do atendimento - desde a Creche até a Educação de Jovens e Adultos (EJA) -, infraestrutura básica, como o laboratório de ciências e plano de carreira Docente.

Para autor, País deve dar mais salário a docentes

Em países emergentes muito populosos, como o Brasil, os governos são, com frequência, confrontados a uma escolha difícil: aumentar o número de Professores por Aluno e investir na redução do tamanho das turmas, ou qualificar os mestres e melhorar seus salários. Para Andreas Schleicher, especialista da OCDE, a melhor estratégia é dirigir a verba para os Professores. Mas o Brasil faz o contrário.

As constatações de Schleicher foram feitas com base em estatísticas, mas não constam do relatório publicado ontem, em Paris. Para o pesquisador, o Brasil está no caminho certo ao aumentar o investimento no Ensino, aproximando-se da média dos países mais desenvolvidos, mas ainda precisa fazer escolhas na hora de aplicar verbas públicas. E, nessa hora, é preciso apostar na qualidade do corpo Docente.

"Quando há poucos recursos, ou se investe em pequenas turmas ou em Professores - e os resultados são melhores quando a opção é em investir no Docente", disse Schleicher ao Estado.

O especialista faz questão de elogiar o esforço de sucessivos governos, mas reitera que, após massificar o acesso à Escola, o desafio é aprimorá-la. "Dobrar a proporção de pessoas que atingiram o nível de Educação fundamental é um número impressionante."

Relatório cita falta de vagas em creches

O relatório da OCDE reflete a falta de vagas em Creches e em Escolas de Educação infantil, problema comum nas grandes cidades. Segundo o estudo, apesar de o Brasil ter aumentado as taxas de Escolarização nessa fase, as taxas de atendimento são bem menores que as registradas na média dos países considerados.

Se forem consideradas as crianças de 3 anos de idade, por exemplo, o porcentual delas que estão matriculadas em Creches subiu de 21% em 2005 para 32% em 2010, um número bem abaixo da média dos países da OCDE, que é de 66%.

O mesmo se repete na observação da garantia de Escolarização para as crianças de 4 anos. Apesar de o Brasil ter aumentado de 36% para 55% o porcentual de atendimento, o índice é bem menor que os 81% da OCDE.

"Na comparação com os outros países, o Brasil é um dos que têm maior disparidade entre os investimentos no Ensino superior em relação à Educação infantil", explica Eduardo Queiroz,



presidente da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. "Ao fazer isso, o País ignora que o investimento na primeira infância é o melhor que se poderia fazer."

Queiroz cita um estudo do economista James Heckman e do Professor Flávio Cunha que mostra que 93% da diferença de desenvolvimento cognitivo aos 13 anos de idade já está presente aos 5. Eles mostraram que intervenções educacionais feitas durante a primeira infância com crianças de baixa renda possuem taxa de retorno bem superiores a investimentos feitos em idades posteriores. Trata-se de uma das metas do Plano Nacional de Educação, que prevê universalizar, até 2016, o atendimento da população de 4 e 5 anos, e ampliar, até 2020, a oferta de Educação infantil para atender a 50% da população de até 3 anos.

"Partimos de um patamar muito baixo por causa do déficit educacional histórico", diz Mercadante

Para o ministro da Educação, Aloísio Mercadante, os resultados do Brasil no levantamento da OCDE refletem os avanços feitos na última década. "Somos o País que mais aumentou os investimentos na área, só que partimos de um patamar muito baixo por causa do déficit educacional histórico que temos. O desafio, agora, é continuarmos nesse ritmo", afirmou.

Para Mercadante, o aumento dos investimentos refletem os repasses do Fundo de Desenvolvimento da Educação básica (Fundeb) - verba da União que chega a Estados e municípios - e a programas como o Pró-Infância.

Quanto à queda de 2% no investimento per capita no Ensino superior, o ministro afirma que é preciso levar em consideração o aumento do número de matriculados. "Não se pode ver apenas o valor por Aluno. É preciso ver a promoção do acesso, que foi triplicado. Só nas universidades federais, partimos de 300 mil Alunos para mais de 1 milhão de matriculados na última década."

O aumento dos gastos per capita nesse nível de Ensino, explica, deve acontecer com o investimento integral dos royalties do petróleo, medida defendida pelo governo federal para que se chegue aos 10% do PIB investidos em Educação.

Três perguntas para Priscila Cruz, diretora executiva da ONG Todos pela Educação

1. Como você avalia o aumento dos gastos com Educação?

Crescer é bom, mas é preciso ponderar que o Brasil gastava muito pouco, então havia mesmo muita margem para crescer. O que mais merece atenção é outro fator: a qualidade não cresceu no mesma proporção dos gastos. E isso não significa que investir é desnecessário, mas sim que estamos gastando errado. Ter mais recursos em um sistema ineficiente não funciona.

2. Por que nosso sistema é ineficiente?

Porque nós erramos ao não pontuar o que precisa, de fato, ser mudado. Se quisermos melhorar, precisamos ter um currículo nacional, aumentar a oferta de Escola em tempo integral,



estabelecer um regime de colaboração que funcione bem, investir na formação de Professores, em aplicação de avaliações que façam sentido e consigam medir, de fato, a aprendizagem dos estudantes.

3.O estudo mostra que o Brasil reduziu os gastos no Ensino superior. Qual sua avaliação?

Acho que precisamos melhorar a Educação básica sem abrir mão da superior. Um País com o sexto maior PIB não pode retroceder. Isso teria implicações no potencial de inovação, na competitividade e no mercado de trabalho. E se o acesso for no mercado bilionário de instituições privadas com qualidade ruim, continuaremos lanterninhas no Ensino superior.



Veiculo: O GloboEditoria: EducaçãoData: 12/09/12Assunto: Editorial: A crise específica do Ensino SuperiorPágina: Online



Editorial: A crise específica do Ensino Superior

"Com razão, há muito cuidado com os problemas da Educação Básica, principalmente a pública. A Universidade, porém, não pode ser considerada uma exceção", afirma jornal.

O bem-vindo consenso construído na sociedade nos últimos anos em torno da crise no sistema educacional se volta ao ciclo básico, e com razão. Há uma também compreensível prioridade concedida à rede pública, porque nela está matriculada a maioria das crianças e jovens, os de renda mais baixa. E, afinal, sem avanços na qualidade nos ciclos fundamental e médio, a própria eficácia do ensino superior também estará comprometida pela falta de base dos alunos — aqui reside um dos perigos do sistema de cotas raciais para a Universidade.

Numa das pontas finais desta conjunção de fatores, o mercado de trabalho é abastecido por profissionais de nível médio de baixa competência, incapazes de serem bem treinados para o uso de tecnologias em constante evolução. O resultado são impactos negativos na produtividade de todo o setor produtivo.

A crise educacional brasileira, porém, é mais ampla, não fica limitada às fases iniciais do ensino. Relatório divulgado esta semana pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), onde estão congregados os países mais desenvolvidos, mostra o estágio também anêmico do ensino superior nacional. Com estatísticas de 2010, o estudo mostra a distância entre o Brasil e a Coreia do Sul, país que estava, após a Segunda Guerra, em situação inferior à brasileira, mas que, ao fazer a opção certa de dar prioridade ao ensino, apresenta já há algum tempo um perfil socioeconômico melhor que o nosso. Na faixa da população entre 55 e 64 anos de idade, apenas 9% haviam concluído algum curso superior, contra 65% na Coreia. Entre os mais jovens, a disparidade também é grande.

Em geral, também nos rankings de qualidade de ensino, o Brasil fica em plano inferior. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, argumenta que os dados ainda não captam mudanças recentes. Por exemplo, que 17% dos brasileiros entre 18 e 24 anos estão nas universidades ou já se formaram. Mas a discrepância continua grande. Não é por acaso que a Coreia do Sul tem marcas de classe mundial em segmentos industriais de ponta, ao contrário do Brasil.



Não há outra alternativa a não ser acelerar em busca do tempo perdido. Nem todos precisam ir para um curso superior. Há grande necessidade de profissionais de nível médio. Mas a indigência nacional, principalmente em cursos-chave como engenharia, em comparação com outras nações emergentes, é mais que preocupante.

Há esforços na direção correta, caso do programa de bolsas no exterior. Mas esta é uma batalha de várias frentes, e a serem enfrentadas ao mesmo tempo. Como alerta a diretora-executiva do Todos pela Educação, Priscila Cruz, a crise não se debela apenas com mais dinheiro. Há reformas de estruturas a serem feitas, contra as quais existe toda sorte de obstáculo. Muitas erguidas por corporações que controlam o ensino público superior. Está difícil ser otimista.



Veiculo: O GloboEditoria: EducaçãoData: 12/09/12Assunto: Escolas estaduais terão cursos técnicosPágina: Online



ESCOLAS ESTADUAIS TERÃO CURSOS TÉCNICOS

Novidade será viabilizada por parcerias com empresas privadas

Com o objetivo de preparar os Alunos das Escolas estaduais para o mercado de trabalho, o governo lançou ontem um programa que viabilizará a parceria com empresas privadas para a criação de cursos técnicos nas unidades. Segundo o governador Sérgio Cabral, o Dupla Escola vai ajudar a preparar os jovens de forma mais completa:

- Esse é um esforço em que ganham todos: a população e as empresas. Estamos correndo em busca do tempo perdido por décadas na Educação. Em 2006, o Ensino profissionalizante estava sucateado e recuperamos a Faetec (Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio), por exemplo.

Segundo a Secretaria estadual de Educação, a experiência de parcerias começou em 2008, com a criação do Núcleo Avançado em Educação (Nave) pelo estado e o instituto Oi Futuro, que hoje dá aulas para 450 Alunos no Colégio Estadual José Leite Lopes, na Tijuca.

De oficinas a bolsas de estudo

Para o secretário estadual de Educação, Wilson Risolia, o programa pode ajudar a resolver alguns dos persistentes problemas da Educação brasileira.

- Avançamos muito, mas ainda temos vários problemas. Perdemos gerações por causa do abandono Escolar. Jovens carentes se perderam e temos uma dívida com eles como cidadãos. Esse projeto está ligado a isso. Ele tem a estrutura aberta: cada parceiro contribui com o que puder, como puder. Temos desde oficinas do sistema S (de instituições como Senac e Senai) até 20 bolsas do Ibmec, que representam investimentos de R\$ 100 mil por Aluno por parte da universidade - afirma.



Para Carlos Mariani Bittencourt, vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), a iniciativa se soma a outros esforços das empresas do Rio:

- Fizemos uma pesquisa com grandes empresas brasileiras e a enorme maioria delas acha que a falta de Educação básica prejudica a economia. Esse programa vem para tentar ajudar a resolver parte dessa questão. Ele segue o modelo alemão, com Alunos aprendizes aos 15 anos, que fez e faz muito sucesso. Da parte da Firjan, vamos colocar oficinas do Senai em dez Escolas do estado, começando em janeiro.

Ontem, as empresas P&G, Embratel, AVG e o Instituto Ayrton Senna assinaram sua participação no programa, se juntando ao Grupo Pão de Açúcar, ao Oi Futuro e à Thyssenkrupp CSA, que já atuavam em projetos de parceria com Escolas estaduais.



Veiculo: Zero Hora Editoria: Educação Data: 12/09/2012

Assunto: Editorial: Os gastos com Educação

Página: Online



Editorial: Os gastos com Educação

"O País precisa investir cada vez mais e de forma continuada na área do ensino para garantir qualidade ao aprendizado, mas também zelar por mais rigor na aplicação das verbas e, assim, permitir que os ganhos se multipliquem", afirma jornal

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado ontem, mostra que o Brasil ainda ocupa as últimas colocações no ranking de investimentos em educação. Mesmo tendo aumentado significativamente as verbas para o ensino entre os anos de 2000 e 2009, o país está longe de aplicar o valor anual por aluno indicado pela instituição e distante da média dos demais países-membros. O levantamento, denominado Olhar sobre a Educação 2012, revela situações constrangedoras: em ensino pré-primário, o Brasil é o terceiro pior colocado entre 34 países; no primário, é o quarto pior entre 35 países; e no secundário é o terceiro pior entre 37 países. A educação precisa de respostas _ e também de recursos.

Um aspecto positivo revelado pelo levantamento é de que, nos últimos anos, o Brasil vem tomando algumas decisões com potencial para reverter esse quadro de forma acelerada. O país, por exemplo, vem concentrando os recursos para o setor no Ensino Básico, mantendo inalterados ou até mesmo com uma tendência à redução os destinados ao Ensino Superior. A situação inverte uma prática que, até agora, era de privilegiar o nível universitário. Em consequência, as verbas destinadas aos níveis Fundamental e Médio aumentaram 149% apenas no período entre 2005 e 2009. Os ganhos só não foram mais expressivos a partir dessa elevação porque o volume aplicado até então era bem inferior ao conjunto dos demais países analisados de maneira geral, num número variável porque nem sempre há todos os dados disponíveis para permitir comparações.

Mesmo tendo ampliado os investimentos e se aproximado um pouco mais nessa área dos integrantes do G-20, o grupo das nações mais ricas do mundo, o Brasil ainda investe pouco na comparação com o seu Produto Interno Bruto (PIB) _ 5,5% _, percentual inferior à meta de 6,23% dos integrantes da OCDE. O país precisa investir cada vez mais e de forma continuada na área do ensino para garantir qualidade ao aprendizado, mas também zelar por mais rigor na aplicação das verbas e, assim, permitir que os ganhos se multipliquem. O estudo, a propósito, garante que, mesmo com as incertezas no mercado internacional desde 2008, pessoas com diploma de curso superior continuam obtendo benefícios financeiros vantajosos. Esse aspecto fica



mais visível ainda no Brasil, o país com a maior diferença salarial entre pessoas com diploma universitário e as com grau de instrução inferior.

Recursos em níveis adequados e no momento oportuno são um pressuposto para garantir avanços na educação num país que, historicamente, pouco se preocupou com o assunto. De nada adianta gastar mais, porém, se o poder público não trabalhar com metas claras e com projetos de médio e longo prazos, que não venham a ser descontinuados a cada mudança de governo.



Veiculo: A Notícia Editoria: AN Joinville Data: 12/09/2012

Assunto: COLÉGIO CELSO RAMOS Vigilância interdita cozinha

Página: Online

ANOTÍCIA

12 de setembro de 2012.

COLÉGIO CELSO RAMOS Vigilância interdita cozinha

Problemas na estrutura foram identificados. Aulas estão mantidas

Depois da denúncia de um pai sobre a alimentação irregular no Colégio Celso Ramos, no bairro Bucarein, em Joinville, ontem a Vigilância Sanitária interditou a cozinha da escola. A fiscal Lia Abreu disse que foi até o local para averiguar a situação e encontrou "várias irregularidades que já foram notificadas pelo menos três vezes." Apesar da interdição, a Gerência Regional de Educação garante que as aulas vão continuar normalmente.

Segundo Lia, a gerência de educação havia sido notificada em julho e dezembro de 2011 e em março deste ano sobre as condições da cozinha. "Como não fizeram nada para melhorar, o jeito foi interditar mesmo", justifica. Entre os problemas citados estão a falta de armários para armazenar os alimentos, o fogão pequeno para a demanda da escola, vazamento na pia na qual são manipulados os alimentos, utensílios velhos, piso quebrado e instalação elétrica exposta.

"Para se ter uma ideia, as panelas grandes são lavadas fora, no mesmo tanque onde são colocados os panos de louça, porque não há um espaço adequado", exemplifica Lia. "Além disso, não há telas nas aberturas e a cozinha não tem exaustor. O calor lá dentro é intenso", emenda a fiscal.

O vídeo divulgado na internet, feito por um aluno criticando o cardápio da merenda, rendeu mudanças positivas. Não por causa de novos recursos da Secretaria Estadual de Educação, mas sim pela colaboração entre colégios para garantir o almoço de 209 alunos que estudam em tempo integral.

Repasses

A coordenadora pedagógica do ensino médio integral da unidade, Marla Luiza de Andrade Amorim, explica que o repasse de R\$ 24 mil para complementar a merenda serve para subsidiar por um ano as refeições dos 922 estudantes do ensino médio integral e do regular.

Mas o valor é insuficiente porque o repasse de alimentos não perecíveis é irregular. A verba precisa ser usada para comprar arroz, feijão e macarrão. Segundo ela, a dívida no mercado já acumula R\$ 8 mil. "O dinheiro seria só para complementar e tem que ser gasto para comprar o grosso. Já pedimos reajuste", lamenta.

Marla não sabe o motivo do atraso na entrega de alguns alimentos, mas garante que relatórios informando a falta foram enviados para a gerência e para a Secretaria Estadual de Educação. Os alunos só não ficaram sem alimentação porque até a Associação de Pais e Professores investiu recursos na merenda. Os estudantes do ensino regular, por exemplo, estão recebendo achocolatado e bolachas.

Uma solução encontrada pela equipe da escola foi pedir para os alunos trazerem autorizações para serem liberados a almoçar em casa ou que os pais venham buscá-los. "Não vamos deixar alunos passando fome na escola. Tem gente que não come só feijão e atum", diz. Para aliviar o problema, uma escola doou 60 quilos de arroz e algumas bistecas que foram consumidas ontem. O pai que fez a denúncia na segunda, diz que o filho comemorou a melhora e comeu na escola.



Veiculo: A Notícia Editoria: AN Joinville Data: 12/09/2012

Assunto: Após interdição, estudantes do Colégio Celso Ramos protestam

Página: Online

ANOTÍCIA

Educação | 12/09/2012 | 10h39min

Após interdição, estudantes do Colégio Celso Ramos protestam no Centro de Joinville

Alunos cobram recursos para garantir melhorias na merenda da unidade

Alunos do Colégio Estadual Governador Celso Ramos, do bairro Bucarein, se reuniram na manhã desta quarta-feira, no Centro de Joinville, para protestar contra as condições da merenda servida na escola.

A Vigilância Sanitária interditou a cozinha da unidade na última terça após apontar problemas como a falta de armários para armazenar alimentos, além de vazamentos na pia e uso de utensílios velhos no preparo da comida.

VÍDEO: alunos fez imagens da merenda na escola

Segundo o estudante do 3º ano do ensino médio no colégio, Luiz Souza, de 17 anos, a cobrança é pela garantia de verbas que permitam a readequação da cozinha e a compra de alimentos de qualidade.

-Não temos nada contra as merendeiras e outras pessoas que trabalham lá. O problema é a falta de recursos-, critica.

Além do protesto com gritos de guerra e cartazes, os alunos também recolheram assinaturas em um abaixo-assinado por melhorias no colégio.



Protesto dos alunos em Joinville Foto:Salmo Duarte / Agencia RBS

同

Comente esta matéria

NOTÍCIAS RELACIONADAS

12/09/2012 09h48min

Após denúncia sobre qualidade da merenda,
Vigilância interdita cozinha de colégio em
Joinville

11/09/2012 10h 10min

 Pais de alunos de escola estadual de Joinville reclamam do cardápio da merenda



Veiculo: A Notícia Editoria: AN Joinville Data: 12/09/2012

Assunto: Os gastos com educação Página: 03

ANOTÍCIA

OPINIÃO DO GRUPO RBS

Os gastos com educação

Relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgado ontem, mostra que o Brasil ainda ocupa as últimas colocações no ranking de investimentos em educação. Mesmo tendo aumentado significativamente as verbas entre os anos de 2000 e 2009, o País está longe de aplicar o valor anual por aluno indicado pela instituição e distante da média dos demais países-membros. O levantamento revela situações constrangedoras: em ensino pré-primário, o Brasil é o terceiro pior colocado entre 34 países; no primário, é o quarto pior entre 35 países; e no secundário, é o terceiro pior entre 37 países. A educação precisa de respostas – e também de recursos.

Mesmo tendo ampliado os investimentos e se aproximado um pouco mais nessa área dos integrantes do G20, o grupo das nações mais ricas do mundo, o Brasil ainda investe pouco na comparação com o seu PIB – 5,5% –, percentual inferior à meta de 6,23% dos integrantes da OCDE. O País precisa investir cada vez mais e de forma continuada na área do ensino para garantir qualidade ao aprendizado, mas também zelar por mais rigor na aplicação das verbas e, assim, permitir que os ganhos se multipliquem. Recursos em níveis adequados e no momento oportuno são um pressuposto para garantir avanços na educação num País que, historicamente, pouco se preocupou com o assunto.



Data: 12/09/2012 Editoria: Diário do Leitor Veiculo: Diário Catarinense

Assunto: Educação Página: 13

DIÁRIO CATARINENSE



Educação

Sugiro que possamos retomar a proposta do senador Cristovam Buarque. Vamos federalizar a carreira dos professores do ensino fundamental e médio. Eles devem ganhar aquilo que recebe o professor de uma universidade federal. O aluno é o mesmo. Por que tanta diferença? Só assim sairemos do caos.

Porque não tem lógica o que acontece hoje no país. O aluno recebe um ensino fraco dos sete ao 17 anos na escola pública, e depois ainda queremos que ele entre na faculdade. Não aprendeu português, matemática e inglês de forma minimamente aceitável. Um enorme prejuízo para o país. Tendo um salário decente, no curto prazo, a qualidade do ensino melhora e a carreira de professor volta a ser atrativa. Carlos Golembiewski

Itajaí



Veiculo: Diário Catarinense Editoria: Artigo Data: 12/09/2012

Assunto: Por uma alimentação escolar saudável Página: 13

DIÁRIO CATARINENSE

Por uma alimentação escolar saudável

preocupação com a qualidade da alimentação escolar deve constar no topo da lista de prioridades da gestão educacional, seja em escolas públicas ou privadas. É justamente na fase escolar que os estudantes precisam de um cardápio balanceado.

Neste sentido, a Secretaria da Educação de Santa Catarina iniciou, com o apoio do governo do Estado, uma campanha de incentivo ao consumo de carne suína nas escolas. As empresas responsáveis pela alimentação escolar no Estado, que atendem a 1.072 unidades escolares, em 293 municípios, aderiram prontamente à campanha.

A carne de porco é fonte de proteínas para a reconstituição daş fibras musculares e na formação

de novas células. É também rica em vitaminas do complexo B, especialmente a vitamina B1, e tem mais ferro do que a carne de frango.

As empresas responsáveis pela preparação e distribuição de mais de 300 mil É justamente na fase escolar que os estudantes precisam de um cardápio balanceado.



TARCÍSIO CASA NOVA SELBACH

Diretor executivo do Sindicato das Empresas de Refeições Coletivas de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul refeições nas escolas catarinenses calculam que serão consumidas, aproximadamente, 18 toneladas da carne por semana. Vale lembrar que com a gestão terceirizada, há um melhor atendimento às normas de saúde, a qualificação constante da mão de obra, etc.

Pesquisa realizada pelo Instituto Mapa, entre abril e maio de 2012, mostrou que o sistema de terceirização da alimentação escolar é aprovado por 82% das escolas. Além disso, 80% dos entrevistados acreditam que é importante uma empresa especializada cuidar da alimentação escolar.

A ação da secretaria não só beneficia a saúde das crianças e adolescentes em idade escolar como atende a uma reivindicação dos suinocultores, que esperam amenizar a crise do setor. Estamos envolvidos com a campanha e comprometidos em oferecer uma alimentação balanceada e saudável aos alunos.



Veiculo: Notícias do Dia Editoria: Geral Data: 12/09/2012

Assunto: Escola apresenta vídeos de alunos Página: 16

Notícias do Dia

Escola apresenta vídeos de alunos

Projeto. Teenage Dream incentivou a criação de roteiros em sala de aula e revelou talentos

A Escola de Educação Básica Wanderley Júnior, em São José, promove hoje o lançamento oficial dos vídeo-clips produzidos pelos alunos do projeto Teenage Dream. O evento será no Teatro do Centro Multiuso de São José, às 19h3o. Além da entrega dos DVDs, os alunos que se destacaram durante as gravações receberão premiação.

O lançamento contará ainda com apresentações culturais do Coral Cênico, show de dança contemporânea, axé e hip hop, performance de yoga, musical e teatro. O projeto Teenage Dream visa revelar adolescentes talentosos que estão no Ensino Médio Inovador. O principal objetivo é promover a integração das disciplinas, reunindo inglês, dança, filosofia, sociologia e artes. Os roteiros dos vídeos são criados em sala de aula, as músicas são escolhidas pelos estudantes e os temas são discutidos de forma interdisciplinar. A produção é divulgada em sites educacionais e nas redes sociais, ultrapassando os limites da escola.

No total são mais de 200 alunos envolvidos e cerca de 60 apoiadores. O projeto está em fase de preparação para a 2ª edição, no qual utilizará músicas nacionais e trabalhará com outras disciplinas, como matemática, física, biologia, educação física, empreendedorismo, entre outras.

Estarão presentes no evento, o secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, o secretário de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, Renato Hinnig, o comandante da Polícia Militar, Marcos Vinícius, o comandante da Guarda Municipal de São José, Jeferson Lima, entre outros parceiros e autoridades.